

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Meirielly Alves Tarifa

APLICAÇÃO DO SROI EM PROJETO COM APICULTORES DE
MIRANDA-MS

DOURADOS/MS

2022

Meirielly Alves Tarifa

**APLICAÇÃO DO SROI EM PROJETO COM APICULTORES DE
MIRANDA-MS**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Elise Soerger Zaro

Avaliadora 1: Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

Avaliadora 2: Vera Luci de Almeida

Dourados/MS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

T186a Tarifa, Meirielly Alves
APLICAÇÃO DO SROI EM PROJETO COM APICULTORES DE MIRANDA - MS [recurso eletrônico] / Meirielly Alves Tarifa. -- 2022.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Elise Soerger Zaro.
TCC (Graduação em Ciências Contábeis)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Projeto. 2. Renda. 3. Investimento. I. Zaro, Elise Soerger. II. **Título.**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS
ECONOMIA - FACE/UGD



ATA DE APROVAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE
GRADUAÇÃO II, SEMESTRE LETIVO 2021.2, RAEMF

APLICAÇÃO DO SROI EM PROJETO COM APICULTORES DE MIRANDA-MS.

Meirielly Alves Tarifa

Esta monografia, realizada via webconferência (Google Meet), foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Profa. Dra. Elise Soerger Zaro

(Presidente)

Profa. Dra. Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira
(Avaliador 1)

Profa. Dra. Vera Luci de Almeida
(Avaliador 2)

DOURADOS-MS, 10 de junho de 2022.

REGISTRO:
AB - 82/2022

RESUMO

O Retorno Social do Investimento (SROI) foi criado com o intuito de mensurar e contabilizar os valores que vão além de termos financeiros, o que possibilita que os custos e benefícios sociais, ambientais e econômicos, sejam calculados. O SROI busca trabalhar a redução da desigualdade e da degradação ambiental, além de buscar melhorias ambientais e econômicas. Por este motivo, foi escolhido como a ferramenta para ser aplicada no projeto que está sendo realizado pela Fundação Universidade Federal da Grande Dourados em parceria com terceiros, em prol do Apiário Flor de Camalote, localizado em Miranda (MS), que tem como objetivo fomentar a produção de mel e seus derivados, gerando emprego e renda. A análise SROI é dividida em seis etapas e pode ser usada no auxílio de planejamento estratégico, e um dos seus princípios é a transparência, que é referência para a apresentação e disseminação de resultados. O objetivo geral desta pesquisa é fazer uma previsão da aplicabilidade do SROI nesse projeto em prol dos apicultores do Flor de Camalote em Miranda – MS, além de analisar e salientar o uso do SROI como a ferramenta principal a ser utilizada para alcançar uma gestão eficiente e eficaz, alcançando os resultados esperados e aumentando a lucratividade. Ao ser aplicada ao projeto, a ferramenta trará diversos benefícios à análise, pois a mesma é dividida em etapas que possibilitam acompanhar o desempenho do projeto, principalmente por trazer transparência em cada uma das etapas analisadas. A fundamentação teórica desse trabalho foi elaborada através de pesquisas documentais, subsidiadas em artigos já publicados sobre Retorno Social do Investimento (SROI) e sua aplicação em alguns casos específicos, e o planejamento do SROI foi realizado com base no artigo “Um guia para o Retorno Social do Investimento”, publicado em 2012 pela Charities Aid Foundation.

Palavras-chave: Projeto; Renda; Investimento.

ABSTRACT

The Social Return on Investment (SROI) was created with the aim of measuring and accounting for values that go beyond financial terms, which allows social, environmental and economic costs and benefits to be calculated. SROI seeks to work to reduce inequality and environmental degradation, in addition to seeking environmental and economic improvements. For this reason, it was chosen as the tool to be applied in the project being carried out by the Fundação Universidade Federal da Grande Dourados in partnership with third parties, in favor of Apiário Flor de Camalote, located in Miranda (MS), which aims to promote the production of honey and its derivatives, generating employment and income. The SROI analysis is divided into six steps and can be used to aid strategic planning, and one of its principles is transparency, which is a reference for the presentation and dissemination of results. The general objective of this research is to predict the applicability of the SROI in this project for the benefit of Flor de Camalote beekeepers in Miranda – MS, in addition to analyzing and highlighting the use of SROI as the main tool to be used to achieve efficient and effective management, achieving the expected results and increasing profitability. When applied to the project, the tool will bring several benefits to the analysis, as it is divided into stages that make it possible to monitor the project's performance, mainly because it brings transparency in each of the analyzed stages. The theoretical basis of this work was elaborated through documentary research, subsidized in articles already published on Social Return on Investment (SROI) and its application in some specific cases, and the SROI planning was carried out based on the article "A guide to the Return on Investment", published in 2012 by the Charities Aid Foundation.

Key words: Project; Income; Investment.

1 INTRODUÇÃO

Criado para mensurar e contabilizar de forma mais ampla os valores que são deixados de fora, por na maioria das vezes irem além de termos financeiros, o Retorno Social do Investimento (SROI), busca trabalhar a redução da desigualdade e da degradação ambiental, possibilitando que os custos e benefícios sociais, ambientais e econômicos, sejam calculados, já que as mudanças são avaliadas utilizando valores monetários para representá-las. (CHARITIES AID FOUNDATION, 2012).

Segundo Lingane e Olsen (2004) a análise SROI é o conjunto de práticas necessárias para gerar um indicador, que é calculado como a razão entre o valor monetário dos benefícios gerados pelo valor do investimento. Sustentado pela abordagem de “*triple bottom line*” (social, econômico e ambiental), ele captura todos os impactos e busca contabilizar e valorizar o potencial efeito negativo das intervenções.

Dividida em seis etapas, uma análise SROI pode ser usada no auxílio de planejamento estratégico, na tomada de decisões e nas escolhas dos gestores, ajuda a tornar a organização mais sustentável, ajuda a demonstrar a importância do trabalho com terceiros que tenham propósitos parecidos e pode ajudar no envolvimento dos *stakeholders*. (CAF, 2012).

O presente trabalho refere-se ao uso do Retorno Social do Investimento (SROI) em um projeto que visa trazer melhores condições de vida e de trabalho a uma comunidade de apicultores, localizada em Miranda-MS.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Com o projeto sendo colocado em andamento, será necessária uma ferramenta que meça de forma transparente os impactos causados pelo mesmo, sejam eles, positivos ou negativos.

A partir daí, levanta-se a questão:

Porque o SROI ajuda a resolver o problema?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é fazer uma previsão da aplicabilidade do SROI no projeto em prol dos apicultores do Flor de Camalote em Miranda – MS, além de analisar e

salientar o uso do SROI como a ferramenta principal a ser utilizada para alcançar uma gestão eficiente e eficaz, alcançando os resultados esperados e aumentando a lucratividade.

1.2.2 Objetivos Específicos

Identificar se o SROI é a ferramenta adequada para o projeto.

Sistematizar as etapas para o cálculo do SROI.

Estabelecer um planejamento da aplicação do SROI para o projeto Apiário Flor de Camalote, Miranda - MS.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com a necessidade da universidade de prestar contas do trabalho que ela está desenvolvendo com o Apiário Flor de Camalote, localizado em Miranda - MS, torna-se necessário o uso de uma ferramenta que possibilite calcular os impactos do projeto de forma transparente.

Esse controle que a ferramenta proporciona, também pode ser de suma importância, para que se tenham fontes de financiamento e prestação de contas, além de monitorar o desempenho social e ambiental do projeto em si.

Sendo assim, esse trabalho se reflete em descrever, a importância do SROI nesse projeto, pois possibilita acompanhar de forma transparente cada etapa do processo e verificar os impactos que estão sendo causados, além de ajudar a verificar se as atividades realizadas estão alcançando os resultados esperados.

2 REVISÃO TEÓRICA

Essa seção irá abordar os temas que são os pilares deste trabalho, Investimento Social Privado (ISP) e o Retorno Social do Investimento (SROI). Primeiramente será desenvolvido o referencial teórico referente ao Investimento Social Privado. Logo após serão discutidos o conceito do Retorno Social do Investimento (SROI) e as suas etapas.

2.1 Investimento Social Privado (ISP)

O Investimento Social Privado (ISP) é definido como o repasse voluntário de recursos privados para projetos de interesses públicos, sejam esses, sociais, culturais ou ambientais.

Durante um longo período de tempo houve certa resistência à possibilidade das grandes companhias passarem além das fronteiras entre as esferas pública e privada (Kaufman et al. 1995). Sharfman (1994) reforça que, houve uma época em que essa prática era considerada uma violação aos papéis que cabiam à empresa e aos direitos dos acionistas, inclusive no que diz respeito à tradicional filantropia empresarial. Em sua obra, o autor demonstra como uma prática, que chegou a ser considerada ilegal, conseguiu alterar os mecanismos institucionais da sociedade, ao ponto de se transformar em uma atuação efetiva. Segundo Dowbor (1999), passou-se de uma visão filantrópica, de generosidade assistencial, de caridade, para a compreensão de que a área social se tornou essencial para as próprias atividades econômicas e para as consciências capitalistas.

Apenas nos anos 1990, as ações sociais e projetos filantrópicos começaram a caminhar com maior ascensão, as empresas passaram a ser compreendidas como parte da comunidade assumindo como missão a atuação social, mas somente em 2000 houve um impulso que trouxe força para a iniciativa social, com a ação da Organização das Nações Unidas (ONU) com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e em 2015 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Neto et al., 2020).

De acordo com a ISO 26000, o tema social pode ser definido como a responsabilidade das organizações, pelos impactos que as suas ações podem causar no meio ambiente e na sociedade. O impacto social também pode ser identificado como o valor não econômico gerado através do resultado de uma atividade específica realizada (Emerson et al., 2000).

Já para (Kolodinsky et al., 2006) o impacto social é definido como o valor obtido da intervenção realizada pelos beneficiários e outros destinatários ou como a parcela do resultado final que tem origem através da atividade de uma organização, ou seja, sem considerar as mudanças que teriam ocorrido independentemente da atividade dessa

organização (Clark et al., 2004), além de também ser definido como a capacidade dos empreendimentos de mudar dentro de uma determinada área de intervenção o *status quo* (Perrini; Vurro, 2013).

2.2 Retorno e Legado do Investimento Social Privado: Ótica da Empresa

O Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) foi pioneiro na formulação do termo ISP, segundo Nogueira e Schommer (2009), enquanto diferenciação à escândalos de corrupção associados à filantropia no Brasil nos anos 1990 e hoje congrega mais de 100 institutos, fundações e empresas. Além do GIFE, criado em 1995 em São Paulo e que possui caráter representativo do setor nacionalmente, outros marcos fundantes são relevantes para recompor a trajetória da institucionalização do tema social consubstanciado na iniciativa privada brasileira, pairando em ecossistema de leis, eventos, organizações da sociedade civil, entre outros. Já para o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) (2019, s./p.) o Investimento Social Privado (ISP) seria a “alocação voluntária e estratégica de recursos para o benefício público”, ou seja, em diálogo com a definição proposta pelo GIFE.

Alguns dos vários motivos da ação empresarial nesse campo, foram destacados por Silva e Freire (2001) e Machado e Lage (2002), como alcance de vantagens competitivas, devido à valorização da ética pelos consumidores e devido à participação das empresas na comunidade; fundamentação religiosa ou moral; identificação e desenvolvimento de lideranças entre os funcionários, promovendo valores de solidariedade interna; resposta à incentivos oferecidos pelo governo ou por outras organizações; orientação da matriz, em caso de multinacionais, como resultado de uma visão da importância do investimento para os objetivos estratégicos da empresa; visão de sobrevivência estratégica, diante do reconhecimento de que os problemas sociais e ambientais da atualidade tendem a tornar inviável o sistema produtivo atual; melhoria da imagem da empresa perante os clientes; estímulo do desenvolvimento de um mercado consumidor através do aumento de poder aquisitivo das classes sociais menos favorecidas; redução da carga tributária, dentre outros.

Além disso, para Srour (2000), outra importante vantagem é a diminuição da vulnerabilidade das empresas, reduzindo os desvios de conduta e as possibilidades de multas, economizando tempo de trabalho e recursos financeiros, preservando a rentabilidade e a marca, além de fortalecer a lealdade dos consumidores e dos empregados.

Diante da atualidade, referências acadêmicas e mercadológicas avaliadas, é proposta a sistematização do ISP em 3 modalidades: Corporativo, comunitário e familiar. Existem ferramentas que possibilitam compreender o retorno econômico-financeiro dos

investimentos sociais, como, por exemplo, no que diz respeito à reputação, o investimento social privado gera proteção de valor das companhias, assim como diminui a possibilidade de riscos advindos das relações com partes interessadas; observa-se também o aumento significativo das vendas, já que o número de clientes que procuram marcas específicas baseando-se em ISP está aumentando cada vez mais; outros pontos a serem levados em consideração, são a melhora significativa no ambiente de trabalho e na produção. (Neto et al., 2020).

2.3 Retorno e Legado do Investimento Social Privado: Ótica da Comunidade

O retorno e legado da sociedade, são importantes para impulsionar as empresas a desenvolverem iniciativas de sustentabilidade e investimento social privado. Perspectivas de desenvolvimento local, por meio do investimento da empresa que opere em determinados locais, tem potencialidade de se tornar um integrador, engajar-se legalmente em ocupações territoriais, promover a participação ativa e gerar assim, empoderamento (FGV, 2018).

O fortalecimento de uma organização transparente pode ser benéfico para a comunidade, sendo que esse tipo de governança é encontrado, geralmente, em organizações que destacam um caráter de diversidade e pluralidade. Quando há retorno para a comunidade, as conexões se fortalecem. O vínculo entre empresa e comunidade é o que fortalece o engajamento, empoderamento e reputação, deste modo, a comunidade tem um importante papel na participação, se envolvendo em decisões que visam a viabilidade e a perenidade do território (Neto et al., 2020).

2.4 Conceito de Retorno Social do Investimento (SROI)

O Retorno Social do Investimento (SROI) foi criado para mensurar e contabilizar, de forma mais ampla, os valores que são deixados de fora por na maioria das vezes irem além de termos financeiros. O conceito criado pelo SROI busca trabalhar a redução da desigualdade e da degradação ambiental, assim como busca, melhorias ambientais e econômicas, entre outros (CAF, 2012).

Existe um acordo entre os acadêmicos do SROI para rastrear as origens da metodologia desde o ano de 1997 nos Estados Unidos da América (de Emerson et al., 2000, a Banke-Thomas et al., 2015). Roberts Enterprise Development Fund (REDF) incorporou seis níveis ou resultados de natureza social ao cálculo da análise de valor misto. Esse índice se materializou em uma relação dos custos dos investimentos com o valor dos benefícios gerados como modificação da característica análise de custo-benefício (CBA).

Roberts Enterprise Development Fund (REDF) definiu as atuais abordagens para SROI como escassas de sistematização e *links* para sistemas de informações estabelecidos que possam garantir dados reproduzíveis com integridade e comparabilidade. Em uma proposta para o “SROI da próxima geração”, a REDF sugeriu o uso de sistemas de resultados financeiros e sociais para coleta de dados, além de propor também que esses sistemas fossem vinculados para aumentar a comparabilidade dos resultados e garantir que os mesmos fossem significativos e confiáveis.

Dando maior destaque à participação dos *stakeholders* no desenvolvimento de todo o processo de avaliação de valor social, em 2003, na Inglaterra, a *New Economic Foundation* redefiniu a metodologia desenvolvida pela REDF. Foi através dessa incorporação que a metodologia SROI foi desenvolvida. No entanto, a maturidade da metodologia só foi alcançada alguns anos depois, quando Nicholls et al. (2009, 2012) estabeleceram seus princípios básicos e as diferentes fases para sua implementação.

Segundo Lingane e Olsen (2004) a análise SROI é o conjunto de práticas necessárias para gerar um indicador, que é calculado como a razão entre o valor monetário dos benefícios gerados pelo valor do investimento. Sustentado pela abordagem de “*triple bottom line*” (social, econômico e ambiental), ele captura todos os impactos e busca contabilizar e valorizar o potencial efeito negativo das intervenções.

O SROI possibilita que os custos e benefícios sociais, ambientais e econômicos, sejam calculados, já que as mudanças são avaliadas utilizando valores monetários para representá-las. Seu maior objetivo é melhorar o bem-estar, reduzir a desigualdade e a degradação ambiental, as mudanças são medidas de formas que são consideradas relevantes para as pessoas e para as organizações (CAF, 2012).

Apesar de tudo que o SROI possibilita nas mudanças sociais, ambientais e econômicas, a identificação de estudos SROI é um dos principais desafios na condução de uma revisão sistemática, pois não há banco de dados suficientes dedicados para estudos SROI (CAF, 2012).

Existem dois tipos de SROI, o de avaliação que é baseado em fatos já ocorridos, e o de previsão que tem como base a previsão dos valores que serão criados socialmente, caso os resultados sejam alcançados conforme o planejado (CAF, 2012).

O SROI foi desenvolvido com sete princípios, que são: envolver os *stakeholders*; entender o que muda; valorizar as coisas que importam; incluir somente o que for material; não reivindicar em excesso; ser transparente; e verificar o resultado (CAF, 2012).

A análise do SROI é feita em seis etapas, que são: Estabelecer o escopo e identificar os *stakeholders*; mapear os resultados; evidenciar resultados e atribuir-lhes um valor; estabelecer impactos; calcular o SROI; e relatar, utilizar e incorporar (CAF, 2012).

Uma análise SROI pode ser usada no auxílio de planejamento estratégico, pode auxiliar na tomada de decisões e nas escolhas dos gestores, ajuda a tornar a organização mais sustentável, ajuda a demonstrar a importância do trabalho com terceiros que tenham propósitos parecidos e pode ajudar no envolvimento dos *stakeholders* (CAF, 2012).

Um dos princípios do SROI é a transparência, que é definida como “a referência para redigir pesquisas e a apresentação e disseminação de resultados; ou seja, a necessidade de ser explícito, claro e aberto sobre os métodos e procedimentos utilizados”, ou seja, os pesquisadores do SROI precisam demonstrar a base sobre a qual a análise pode ser considerada precisa e honesta e mostrar que ela será relatada e discutida com as partes interessadas (CAF, 2012).

Lyon e Owen (2019), dizem que a principal razão para medir o impacto social está ligada à necessidade de atrair investidores, que buscam uma alocação eficiente e eficaz de seus recursos e, portanto, devem ser capazes de vislumbrar o retorno socioeconômico de seus investimentos.

A medição por meio de SROI é apropriada quando os objetivos são monitorar, relatar, avaliar ou melhorar o processo de tomada de decisão e comunicação com *stakeholders* (Maas; Liket, 2011). O método pode ser utilizado por Secretaria do Estado de Saúde (SEs), investidores, entidades sem fins lucrativos e entidades governamentais, e tem sido promovido como a melhor ferramenta de medição de impacto social em alguns países, como no Reino Unido (Big Society Capital, 2014) e na Itália (Social Impact Agenda, 2016).

2.5 Estabelecendo o Escopo e Identificando os Stakeholders

É necessário identificar o que será mensurado e o porquê, antes de começar uma análise SROI. Uma equipe de planejamento é de suma importância para uma análise com maior precisão, caso seja uma análise SROI de avaliação (CAF, 2012).

Estabelecer o escopo de uma análise SROI é fundamental para definir prioridades para mensuração, esta etapa é a que irá assegurar que o que está sendo proposto pode se tornar real (CAF, 2012).

Para definir o escopo é preciso levar em consideração: o propósito da análise; o público para o qual está sendo destinado a análise; experiência e entendimento do que a sua organização faz e das metas que estão buscando alcançar; quais os recursos necessários;

quem fará o trabalho; definir as atividades nas quais irá focar; o período de tempo no qual se dará a intervenção e definir se a análise é uma previsão ou avaliação (CAF, 2012).

É possível ajustar o escopo definido, depois de analisar e levar em consideração a quantidade e tipos de *stakeholders* que se precisa envolver pois, por meio disso será determinado os recursos necessários e definido o número de atividades que poderão ser trabalhadas naquele momento (CAF, 2012).

O próximo passo após o escopo da análise é identificar os *stakeholders*, que são todos que podem ser afetados positiva ou negativamente como resultado das atividades que estiverem sendo analisadas e, para identificá-los é necessário listar todas as organizações ou pessoas que podem ser afetadas pelas atividades do seu escopo. É realizado uma consulta para definir os grupos de *stakeholders*, pois é possível que após o início do processo seja notado mudanças em grupos que ficaram de fora e esses tenham que ser incluídos, assim como é possível que alguns grupos tenham que ser excluídos do escopo também (CAF, 2012).

Para conhecer os *stakeholders* é recomendado que sejam coletadas informações diretamente com eles. Destaca-se, alguns métodos para envolver os *stakeholders*, os quais são: junte-os em um lugar e pergunte a eles diretamente; *workshop* com discussões informais; fazer com que preencham um formulário durante alguma reunião ou enviar um formulário por *e-mail*; ligar para representantes de grupos de *stakeholders* e fazer perguntas diretamente; entrevistas particulares, ou através de eventos sociais (CAF, 2012).

Analisando a visão de vários *stakeholders* em uma proporção monetária, a metodologia SROI tem a capacidade de medir resultados socioeconômicos mais amplos, dado que o seu potencial é atraente para todos os *stakeholders*.

2.6 Mapeando os Resultados

O mapa de impacto é usado na análise SROI, ele serve para detalhar o uso de certos recursos nas atividades que estão sendo analisadas para entregar outras atividades que geram resultados para os *stakeholders*. O nome dado à essa relação entre saída, entrada e resultado, na maioria das vezes é Teoria da Mudança ou Modelo Lógico (CAF, 2012).

Os *stakeholders* são envolvidos na construção do Mapa de Impacto, para garantir que os resultados para aqueles que são afetados, sejam medidos e avaliados. As etapas para o preenchimento de um mapa de impacto são (CAF, 2012):

Começando o Mapa de Impacto: Essa etapa é destinada a informações sobre a sua organização e o escopo da análise de seu plano de projeto, e análise dos *stakeholders*.

Identificando entradas: Os valores das entradas podem incluir itens que não sejam dinheiro, mas que precisam ser valorados e que são usadas no decorrer da atividade, é necessário identificar quais *stakeholders* estão contribuindo para tornar possível a atividade.

Valorando entradas: Essas são as entradas que não são monetárias, como o tempo dos voluntários e a contribuição de bens e serviços, tudo que possibilita realizar a atividade, deve ser atribuído um valor, para que garanta transparência ao custo total da execução do serviço.

Esclarecendo saídas: As saídas são um resumo quantitativo de uma atividade, por exemplo, a atividade é 'transporte de pessoas' e a saída é 'nós transportamos 40 pessoas'.

Descrevendo resultados: Mensurar os resultados é a única maneira de ter certeza que as mudanças para os *stakeholders* estão acontecendo, é importante falar com eles para garantir que os resultados estão acontecendo, de acordo com o ponto de vista deles, mas apesar das opiniões dos *stakeholders* serem fundamentais, elas não são os únicos fatores na decisão de quais resultados são significativos.

De acordo com Banke-Thomas (2015), em uma pesquisa sobre Metodologia do SROI para contabilizar o custo-benefício das intervenções, concluiu-se que existem cinco temas-chave que melhoram o processo de estudo do SROI, que são: 1) O uso de múltiplas fontes de dados melhora a confiabilidade; 2) Equivalentes de Paridade do Poder de Compra melhoram a comparabilidade de custos; 3) Capacidade dos beneficiários para fornecer uma descrição e avaliação realistas dos resultados; 4) A estimativa do contra factual deve ser feita objetivamente e 5) É necessária maior transparência durante todo o processo SROI.

2.7 Evidenciando os Resultados e Atribuindo-lhes um Valor

Depois de mapear os resultados, o próximo passo é desenvolver indicadores de resultados, que são usados para coletar provas dos resultados que estão acontecendo e avaliar a importância deles pelo valor atribuído (CAF, 2012).

Existem quatro passos nesta etapa:

Desenvolvendo indicadores de resultados: É possível desenvolver um ou mais indicadores para cada resultado, podendo ser esses objetivos ou subjetivos, os indicadores são usados para saber se os resultados ocorreram e em que medida eles ocorreram, sendo que os *stakeholders* são as melhores pessoas para ajudar a identificar os indicadores. Depois de identificar os indicadores que são relevantes ao *stakeholder* e ao escopo, é preciso verificar que esses sejam mensuráveis, e se é possível medi-los dentro do escopo e dos recursos definidos.

Coletando dados de resultados: A coleta de dados pode ser realizada através de dados já disponíveis, ou pode ser necessário coletar novos dados. É importante mudar a maneira que são coletados os dados, para que possa se obter a informação certa no lugar certo, para que seja realizado posteriormente uma análise SROI de avaliação. Para que haja transparência, é necessário explicar o que se utilizou para a coleta de dados.

Estabelecendo quanto duram os resultados: Alguns resultados podem durar mais do que outros, sendo necessária uma estimativa da duração de cada um de seus resultados, que pode ser obtida, perguntando às pessoas quanto tempo uma intervenção durou para elas, ou na ausência destas, podem ser usadas outras pesquisas. Em caso de projetos de infraestrutura é importante reconhecer a diferença entre a duração do benefício e a expectativa de vida do ativo.

Atribuindo valor aos resultados: Tem como objetivo identificar os valores financeiros adequados e serve para mostrar aos *stakeholders* a importância de um resultado, e o quão significativo ele pode ser.

É através do processo de valoração muitas vezes referido como monetização, que se atribui um valor monetário para coisas que não têm um preço de mercado. No SROI, usa-se *proxies* financeiras para estimar o valor social dos bens não transacionáveis para os diferentes *stakeholders*, pois podem ter diferentes percepções sobre o valor que recebem por coisas diferentes. Ao se utilizar as *proxies* financeiras pode-se estimar este valor, e combinando essas valorações, chega-se a uma estimativa do valor social total criado por uma intervenção (CAF, 2012).

Os *stakeholders* são um ótimo ponto de partida para encontrar as *proxies*, porque apenas eles sabem o que valorizam e como isso pode ser conseguido, além de poder orientar o pesquisador em relação ao quanto a mudança vale para eles. É importante entender que algumas *proxies* têm mais credibilidade que outros.

É necessária também uma estimativa do contrafactual para poder estabelecer a atribuição, de quanto do resultado alcançado pode ser atribuído ao programa de uma intervenção.

2.8 Estabelecendo os Impactos

A aplicação do SROI para estimar impactos sociais e a relação custo-benefício das intervenções é inovadora e os resultados dela podem ser usados para informar e influenciar políticas de que as intervenções de maior custo-benefício são implementadas para resolver problemas públicos (CAF, 2012).

Existem maneiras de avaliar se os resultados analisados foram provenientes de suas atividades, somente através da mensuração e contabilização de todos os fatores é que o impacto que a atividade está produzindo pode ser estabelecido. Determinar o impacto é de suma importância, pois reduz o risco de superavaliação e dá mais credibilidade à análise (CAF, 2012).

Estabelecer o impacto também pode ajudar a identificar alguns *stakeholders* importantes que possam ter ficado de fora. Essa seção é dividida em quatro partes:

Contrafactual e deslocamento: Contrafactual é a medida da quantidade de resultados que aconteceriam, mesmo que a atividade não tivesse ocorrido, sendo que a determinação do contrafactual é sempre uma estimativa, visto que é necessário procurar informações de grupos que tenham a maior semelhança possível com o grupo estudado para se obter um melhor resultado. Numa análise de avaliação SROI, pode-se também obter dados sobre o contrafactual durante a fase de coleta de dados com os *stakeholders*. À medida que o contrafactual aumenta sua contribuição para o resultado diminui (CAF, 2012).

O deslocamento é um componente do impacto e consiste numa avaliação do quanto esse resultado desloca outros; apesar de não se aplicar a todas as análises SROI, é importante estar ciente que existe essa possibilidade (CAF, 2012).

Atribuição: A atribuição avalia o quanto de resultado foi gerado através das contribuições de outras organizações ou pessoas, e reflete a parte do contrafactual que teve melhores informações e na qual pode atribuir os resultados a outras pessoas ou organizações. As três maneiras principais de estimar uma atribuição são, através de uma estimativa baseada em experiência, através de perguntas para os *stakeholders* e consultando outras organizações para as quais se julga que há atribuição (CAF, 2012).

Drop-off: O *drop-off* é usado para dar conta de quanto tempo os resultados duram, e se eles se tornam menores ou mais suscetíveis de serem influenciados, e é calculado apenas para resultados que durem mais que um ano.

Calculando seu impacto: Os aspectos de impacto são normalmente expressos em porcentagem, sendo que o Mapa de Impacto deve ter porcentagens preenchidas para o contrafactual, para atribuição, para *drop-off* e, em alguns casos se for aplicável, para o deslocamento.

2.9 Calculando o SROI

Nessa etapa, já terão sido reunidas todas as informações que irão possibilitar o cálculo do SROI. Se você estiver realizando uma análise de SROI de avaliação, o ideal é

que a avaliação seja feita após o período para o qual o resultado deveria durar. Porém, as avaliações intermediárias são úteis para mostrar que a intervenção está trazendo resultados positivos e para fornecer subsídios que justifiquem quaisquer alterações.

As etapas para o cálculo da sua taxa de retorno são quatro, mas existe uma quinta etapa opcional (CAF, 2012):

Projetando para o futuro: Projetar para o futuro o valor de todos os resultados alcançados, é o primeiro passo no cálculo da taxa de retorno.

Calculando o valor presente líquido: Para calcular o valor presente líquido (VPL), é preciso somar os custos e benefícios pagos ou recebidos em diferentes períodos de tempo. É utilizado um processo chamado desconto, a fim de que esses custos e benefícios sejam comparáveis, o maior e principal problema com o uso de descontos no SROI, é que eles encorajam uma visão de curto prazo em detrimento do futuro, o que pode ser problemático para os resultados ambientais.

Calculando a taxa: O cálculo da taxa inicial SROI é um cálculo simples, basta dividir o valor descontado dos benefícios pelo investimento total, ou pode ser usado um cálculo alternativo que é a taxa SROI líquida, onde é dividido o valor presente líquido pelo valor das entradas.

Análise de sensibilidade: A vantagem de criar uma planilha é que é possível avaliar a importância dos elementos de forma mais simples, possibilitando alterar qualquer dado pois a planilha faz automaticamente a correção dos cálculos. O interesse é identificar as mudanças que tem um impacto significativo na taxa.

Período de retorno: Este revela quanto tempo levaria para recuperar o valor do investimento, esse tipo de cálculo é utilizado por muitos investidores e financiadores para determinar o risco de um projeto.

2.10 Relatando, Utilizando e Incorporando

Esta é a etapa final após completar a análise SROI; ela consiste em relatar aos seus *stakeholders*, comunicar e usar os resultados, e incorporar os processos SROI em sua organização. As três questões a serem consideradas são (CAF, 2012):

Relatando aos stakeholders: É necessário ter certeza que a maneira como os resultados estão sendo comunicados para o público estabelecido no escopo é relevante, pois é importante que os resultados sejam comunicados aos *stakeholders* de forma significativa. O relatório final deve incluir aspectos qualitativos, quantitativos e financeiros, pois ele explica as mudanças e decisões que foram tomadas no decorrer da análise. O relatório

SROI não deve descuidar dos princípios de transparência e materialidade, sendo desta forma o mais sucinto possível.

Utilizando os resultados: Os resultados da análise SROI devem ser úteis para resultar em mudanças, eles podem levar a uma revisão das atividades planejadas de forma que procure maximizar o valor social que se pretende criar, e pode servir para que se reveja os sistemas planejados para colher informações.

Certificação: É o processo pelo qual a informação no relatório é verificada, seu princípio é requerer uma avaliação independente e apropriada dos resultados do relatório.

2.11 GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização internacional que tem como objetivo ajudar as empresas a fazer o relatório de sustentabilidade, as normas foram desenvolvidas para serem utilizadas por organizações no relato de seus impactos na economia, no meio ambiente e na sociedade (GRI 403, 2018).

A norma GRI 403 traz como tópicos condições de trabalho saudáveis e seguras que são reconhecidas como um direito humano e abordadas em instrumentos intergovernamentais reconhecidos internacionalmente, além de ser também uma meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU) (GRI 403, 2018).

As condições de trabalho saudáveis e seguras envolvem também a prevenção de danos físicos e mentais como promoção da saúde do trabalhador, e exigem que a organização demonstre comprometimento com a saúde e segurança do trabalhador, além de exigir que os trabalhadores sejam envolvidos na implantação de um sistema de gestão que seja apropriado às atividades da organização (GRI 403, 2018).

São cruciais no planejamento de um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho a identificação de periculosidade e avaliação de riscos, a capacitação do trabalhador e a identificação e investigação de incidentes (GRI 403, 2018).

Além de evitar danos a organização pode promover a saúde do trabalhador oferecendo serviços ou programas voluntários de promoção da saúde. Se espera que todos os serviços e programas evitem danos e promovam a saúde do trabalhador respeitando o direito à privacidade dos mesmos. Não é esperado que a organização utilize a participação dos trabalhadores nesses serviços e programas, como critério para decisões referentes ao emprego, como por exemplo, remuneração, rebaixamento, promoção ou qualquer outra decisão que possa vir a ser favorável ou desfavorável para os trabalhadores (GRI 403, 2018).

3 METODOLOGIA

A fundamentação teórica desse trabalho foi elaborada através de pesquisas documentais, subsidiadas em artigos já publicados sobre Retorno Social do Investimento (SROI) e a sua aplicação em alguns casos específicos, e o planejamento do SROI foi realizado com base no artigo “Um guia para o Retorno Social do Investimento”, publicado em 2012 pela Charities Aid Foundation.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Entende-se por pesquisa documental aquela que não implica altos custos, possibilita uma leitura mais profunda das fontes e apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”. Semelhante a pesquisa bibliográfica, o que as difere é a natureza das fontes, sendo material que não tenha recebido tratamento analítico ou que ainda possa ser reelaborado (GIL, 2002, p.62-3).

Segundo Pádua (1997) pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, considerados cientificamente autênticos, tem sido muito utilizada na investigação histórica, a fim de descrever e comparar fatos sociais.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA/POP.-ALVO/AMOSTRA/UNID. ANÁLISE

As partes envolvidas no projeto são os membros associados do apiário Flor de Camalote, os servidores e alunos da universidade membros do projeto, organizações não-governamentais, grupos comunitários e os possíveis investidores que possam vir a participar apoiando esse projeto.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A técnica escolhida para a coleta dos dados para realização do trabalho foi a entrevista com dois professores da UFGD que estão envolvidos no projeto.

Segundo Lakatos e Marconi (2008, p. 278), a entrevista é “uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que pode proporcionar resultados satisfatórios e informações necessárias” e tem como objetivo compreender as perspectivas e vivências dos participantes.

Esse instrumento de coleta de dados, segundo Ludwig (2008), possui três tipologias:

- A não estruturada, que conta com questões abertas, sem rigidez de sequência e número reduzido;
- A estruturada, cuja questões são específicas e nitidamente ordenadas;
- A semiestruturada, que se baseia em questões específicas, porém sem ordenamento rígido.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Foi utilizada a técnica de análise preditiva, que é uma maneira de encontrar uma melhor avaliação do que pode acontecer no futuro, usando dados que possibilitam identificar a probabilidade dos resultados.

Foi feito o uso do Quadro 01 tirado do artigo “Um guia para o Retorno Social do Investimento”, para analisar informação sobre a Associação Apiário Flor de Camalote, e fazer previsões dos possíveis resultados que o projeto pode trazer para essa comunidade.

Quadro 1 – Composição da Etapa do SROI

Etapa 1: estabelecendo o escopo e a identidade dos stakeholders	
Informações sobre a organização?	
Por que está sendo realizada essa análise e para quem, e como está sendo a comunicação com eles?	
Será analisado parte ou toda a organização?	
Será analisado o retorno social em relação a uma fonte específica de recursos ou para atividades financiadas por várias fontes?	
Esta é uma avaliação sobre o passado ou uma previsão do futuro?	
Qual o período de tempo que pretende cobrir?	
Quais os recursos necessários (tempo, recursos e competências)?	
Quem são os <i>stakeholders</i> ?	

Fonte: (Charities Aid Foundation, 2012).

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

O Investimento Social Privado (ISP) é essencial para as atividades econômicas e para as consciências capitalistas, sua missão é a atuação social, e o seu impacto social pode ser identificado como o valor não econômico gerado através do resultado de uma atividade realizada. Desta forma, é considerado um ponto extremamente importante a ser trabalhado no projeto Apiário Flor de Camalote.

Da ótica da empresa ele traz inúmeros benefícios como, alcance de vantagens competitivas, desenvolvimento de liderança entre os funcionários, resposta a incentivos oferecidos pelo governo, visão estratégica de sobrevivência a longo prazo e estímulo do desenvolvimento de um mercado consumidor, através do aumento do poder aquisitivo.

Do ponto de vista da comunidade, o fortalecimento de uma organização transparente pode ser benéfico, pois esse tipo de governança geralmente é encontrado em organizações que destacam um caráter de diversidade e pluralidade, e o vínculo entre empresa e comunidade é o que fortalece o engajamento e a reputação de uma organização.

O Retorno Social do Investimento (SROI) trará diversos benefícios para o projeto, pois se trata de uma ferramenta desenvolvida com princípios que possibilitam uma análise transparente de todo o decorrer e etapas do projeto e do resultado gerado pelo mesmo.

A primeira etapa da análise SROI consiste em estabelecer o escopo e identificar os *stakeholders*. Antes de começar uma análise é necessário identificar o que será mensurado e o porquê, e estabelecer o escopo da análise é fundamental para definir as prioridades para a mensuração; essa é a etapa que assegura que o que está sendo proposto pode se tornar real. Para definir o escopo existem alguns pontos que precisam ser levados em consideração, como por exemplo, o propósito da análise, o público para o qual ela está sendo destinada, o entendimento do que a organização faz e das metas que ela busca alcançar, os recursos necessários, as atividades nas quais ela irá focar, o período de tempo no qual se dará a intervenção e definir se a análise se trata de uma previsão ou avaliação (CAF, 2012).

O próximo passo após definir o escopo da análise é identificar quem são os stakeholders, ou seja, identificar todos que podem ser afetados positiva ou negativamente como resultado das atividades que estão sendo analisadas.

Através do Quadro 2 são apresentadas algumas informações sobre a primeira etapa da análise SROI.

Quadro 2 – Dados identificados da Etapa 1 do SROI

Etapa 1: estabelecendo o escopo e a identidade dos stakeholders	

Informações sobre a organização?	É uma comunidade de famílias que tem como uma das principais fontes de renda a produção de mel.
Por que está sendo realizada essa análise e para quem, e como está sendo a comunicação com eles?	A análise está sendo realizada para a Associação Apiário Flor de Camalote, em prol de conseguir uma condição de vida e de trabalho mais digna para os mesmos.
Será analisada parte ou toda a organização?	Toda a organização.
Será analisado o retorno social em relação a uma fonte específica de recursos ou para atividades financiadas por várias fontes?	Sim.
Esta é uma avaliação sobre o passado ou uma previsão do futuro?	Uma previsão do futuro.
Qual o período de tempo que pretende cobrir?	5 anos .
Quais os recursos necessários (tempo, recursos e competências)?	É necessário a regularização para a venda do mel, será necessário também a construção de um local onde eles possam realizar todo o processo pelo qual o mel precisa passar antes de ser vendido.
Quem são os <i>stakeholders</i> ?	Toda a possível clientela que possa vir a adquirir o mel, os investidores que estão apoiando o projeto, a população que se encontra em volta do local de trabalho deles, e os próprios apicultores da Associação.

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa

A segunda etapa da análise SROI consiste em mapear os resultados, pois o mapa de impacto é utilizado na análise para detalhar o uso de determinados recursos nas atividades que estão sendo analisadas; os *stakeholders* são envolvidos nessa etapa, para garantir que os resultados para aqueles que são afetados, sejam medidos e avaliados.

Foi analisada também a primeira parte da segunda etapa, que é destinada a informações sobre a organização e o escopo da análise do projeto, e análise dos *stakeholders*, onde foram apresentados possíveis resultados do projeto e definidos alguns possíveis pontos a serem avaliados:

- Renda Per capita, será um dos principais pontos a serem avaliados no projeto, já que o mesmo se trata de um experimento de geração de renda;
- Remuneração da hora trabalhada, é um ponto importante a ser avaliado também, principalmente porque os apicultores precisam atravessar o rio e passar dias fora de casa para poder coletar o mel;
- Horas de treinamento que os apicultores irão receber, pois o projeto que está sendo desenvolvido apresenta a proposta de oferecer treinamento em técnicas de gestão, finanças, marketing e comercialização;

- Condições de trabalho, é outro ponto a ser avaliado, pois com os investimentos que a organização possa vir a receber, pretende-se investir em um local onde os apicultores possam produzir o mel;
- Regularização da produção de mel, já que o projeto apresenta com objetivos, a formalização da associação junto às entidades responsáveis, adequação das instalações produtivas e a obtenção do registro junto ao município e ao estado;
- Sustentabilidade ambiental, pois a atividade de produção de mel contribui para minimizar a degradação da natureza, por causa da polinização das abelhas que aumenta a produtividade das lavouras, além de proteger os biomas por não necessitar do desmatamento.

Será usado como escopo da análise também, os indicadores da GRI que são as normas internacionais que tem como objetivo ajudar as empresas a fazer o relatório de sustentabilidade, as normas foram desenvolvidas para serem utilizadas por organizações no relato de seus impactos na economia, no meio ambiente e na sociedade. A GRI que trará pontos a serem avaliados no mapa de impactos, é a GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho, onde serão analisados:

- Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho;
- Identificação de periculosidade e avaliação de riscos;
- Promoção da saúde do trabalhador;
- Acidentes de trabalho;
- Doenças profissionais.

As demais etapas do projeto serão analisadas e trabalhadas com o decorrer do mesmo, pois é necessário que o projeto esteja em andamento para que se possam obter os dados necessários para a realização da análise completa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, com esta monografia, fazer uma previsão da aplicabilidade do SROI no projeto em prol dos apicultores do Flor de Camalote em Miranda – MS, além de analisar e salientar o uso do SROI como a ferramenta principal a ser utilizada para alcançar uma gestão eficiente e eficaz, alcançando os resultados esperados e aumentando a lucratividade. A pesquisa Documental foi fundamental para se alcançar o objetivo geral.

O Retorno Social do Investimento (SROI) é capaz de proporcionar uma maior geração de renda e avaliar os impactos ambientais, sociais e econômicos gerados pelas atividades da organização. A ferramenta pode proporcionar uma melhor experiência tanto para a comunidade de Miranda (MS), quanto para a Universidade Federal da Grande Dourados que está desenvolvendo o projeto juntamente com seus parceiros.

Quanto aos impactos ambientais, à alternância da atividade de pesca, que atualmente também é realizada pelos apicultores em busca de outra alternativa de fonte de renda, seria totalmente substituída por uma atividade mais sustentável que é a produção de mel, e isso tende a ter um impacto positivo na biodiversidade.

O projeto também proporcionará aos apicultores do Apiário Flor de Camalote de Miranda (MS), obter as licenças e certificação para a produção de mel e entrar em conformidade ambiental, além de ter a intenção de oferecer cursos de capacitação.

Por ser uma ferramenta que dentre outras funções, busca trabalhar a redução da desigualdade, que é um dos principais pontos do projeto para o Apiário Flor de Camalote por se tratar de um experimento de geração de renda, e por ter princípios como, entender o que muda, valorizar as coisas que importam, envolver os stakeholders, incluir somente o que material, não reivindicar em excesso, ser transparente e verificar o resultado.

Por fim conclui-se que, o Retorno Social do Investimento (SROI) seria uma ferramenta adequada a ser aplicada no projeto, pois apresenta características que trazem benefícios e maior desenvolvimento da análise, por ser feita e avaliada através de etapas, e por ser composta por princípios que zelam a transparência, permitindo desta forma, que todos os passos realizados no projeto tenham os seus impactos econômicos, sociais e ambientais medidos, sejam esses positivos ou negativos.

REFERÊNCIAS –

Antonio Ariza-Montes, Antonio Sianes, Vicente Fernández-Rodríguez, Carmen López-Martín, Mercedes Ruíz-Lozano e Pilar Tirado-Valencia. **Retorno Social do Investimento (SROI) para avaliar os impactos do turismo: Um estudo de caso**, artigo, 2021.

Arvidson, M. **Impacto e Avaliação no Terceiro Setor do Reino Unido: Revisão de Literatura e Exploração de Ideias**. Documento de Trabalho 27. Birmingham: Centro de Pesquisa do Terceiro Setor, Universidade de Birmingham, 2009.

Banke-Thomas. **Metodologia do Retorno Social do Investimento (SROI) para contabilizar o custo-benefício das intervenções de saúde pública: uma revisão sistemática**, artigo, 2015.

Big Society Capital, **Delivering impact, building evidence, sharing learning: social impact report**, Big Society Capital, Londres, 2014.

Brouwers, J., Prins, E. e Salverda, M., Retorno Social do Investimento. Um guia prático para o setor de cooperação para o desenvolvimento, **Cornelis Houtmanstraat 15**, Ecoplus, 2010.

CHARITIES AID FOUNDATION. **Um guia para o retorno social do investimento**, 2012.

Clark, C., Long, D., Rosenzweig, W. e Olsen, S. **Relatório do Projeto Double Bottom Line: avaliação do impacto social em empreendimentos Double Bottom Line**. Catálogo de Métodos, The Rockefeller Foundation, 2004.

Consultoria Social Ventures Australia (SVA). Social Return on Investment, **Lessons Learned in Australia, Investing in Impact Partnership**, 2012. Disponível em <http://www.socialventures.com.au/wp-content/uploads/2010/08/SROI-Lessons-Learned-ReportSVA-2012.pdf>

DOWBOR, Ladislau. **Gestão social e transformação da sociedade**, 1999. Disponível em <http://ppbr.com/ld/8-gestaosocial.asp>.

Emerson, J. e Twersky, F. **Novos Empreendedores Sociais: O Sucesso, Desafio e Lições de Sem Fins Lucrativos Criação Empresarial**. São Francisco: Fundação Roberts, 1996.

Emerson, J., Wachowicz, J., & Chun, S. **Retorno social do investimento: Explorando aspectos da criação de valor no setor sem fins lucrativos**. Fundação Roberts, 2000.

Francesco Perrini, Laura A. Costanzo e Mine Karatas-Ozkan. **Medindo impacto e criando mudanças: uma comparação dos principais métodos para empresas sociais**, 2021.

UFGD. PROJETO DE EXTENSÃO. **Apiário Flor de Camalote: um experimento de geração de renda – ODS 1,2,8,10** (2022).

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. FGV, **Entre o público e o privado: caminhos do alinhamento entre o investimento social privado e o negócio**, FGV, 2016. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/entre-o-publico-e-o-privado-caminhos-do-alinhamentoentre-o-investimento-social-privado-e-o-negocio>

Fundação Nova Economia (NEF). **Retorno Social do Investimento: Valorizando o que Importa**. Londres: Novo Fundação de Economia, 2004.

Fundo de Desenvolvimento Empresarial Roberts (REDF). **Coleta de Retorno Social do Investimento (SROI)**. 2000. Disponível em [http:// www.redf.org/learn-from-redf/publications/119](http://www.redf.org/learn-from-redf/publications/119).

Gair, C. **SROI II: A Call to Action for Next Generation SROI**. São Francisco: REDF, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, Global Sustainability Standards Board (GSSB), 2018.

KAUFMAN, A.; KARSON, M. ; ZACHARIA, M. **Mannagers Vs.Owners: the Struggle for Corporate Control in American Democracy**. New York: Oxford University Press, 1995.

Kolodinsky, J., Stewart, C. e Bullard, A. Medindo os impactos econômicos e sociais da participação em uma instituição financeira de desenvolvimento comunitário, **Journal of Family and Economic Issues**, vol. 27 No. 1, pp. 27-47. 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Laurie Mook, Andrea Chan, Dan Kershaw. MEDINDO O VALOR DA EMPRESA SOCIAL CRIAÇÃO: O CASO DO BANCO DE MÓVEIS. Publicado online na **Wiley Online Library**, vol. 26, no. 2, 2015

Lingane, A. e Olsen, S. “Diretrizes para retorno social sobre o investimento”, **California Management Review**, vol. 46 No. 3, pp. 72-80, 2004.

LUDWIG, A. C. W. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Maas, K. e Liket, K. Medição de impacto social: Classificação de métodos, In Burritt, R., Schaltegger, S., Bennett, M., Pohjola, T. e Csutora, M. (Eds), *Contabilidade de Gestão Ambiental e Gestão da Cadeia de Suprimentos*, **Springer**, Vol. 27, págs. 171-202, 2011.

MACHADO, Adriana Leite Costa Silva; LAGE, Allene Carvalho. Responsabilidade Social: uma abordagem para o desenvolvimento social. O caso da CVRD. **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, 26, Salvador, 2002.

Maier, F., Schober, C., Simsa, R., & Millner, R. SROI como método de pesquisa de avaliação: Compreendendo méritos e limitações. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, 26(5), 1805–1830, 2015.

Millar, R., & Hall, K. Retorno social do investimento (SROI) e medição de desempenho: as oportunidades e barreiras para empresas sociais em saúde e assistência social. **Public Management Review**, 15(6), 923-941, 2013.

Mirosa, Miranda; Mainvil, Louise; Horne, Hayley, Mangan-Walker Ella. O valor social de resgatar alimentos, nutrir comunidades. **British Food Journal** Vol. 118 Nº 12, 2016

NETO, ORLANDO NASTRI. **Dimensões de retorno e legado do investimento social privado: Estudo de caso do programa redes em Sobral-CE**. São Paulo, 2020.

Nicholls, J., Lawlor, E., Neitzert, E., & Goodspeed, T. **Um guia para o retorno social do investimento**. Gabinete do Terceiro Setor, Gabinete do Gabinete, 2009

Nicholls, J., E. Lawlor, E. Neitzert e T. Goodspeed. **Um Guia para o Retorno Social do Investimento**. Liver pool, Reino Unido: SROI Network. 2012. Disponível em: www.thesroinetwork.org/publications/doc_details/241-a-guide-to-social-return-em-investimento-2012.

NOGUEIRA, F. A.; SCHOMMER, P. C. Quinze anos de investimento social privado no Brasil: conceito e práticas em construção. **EnANPAD**, 2009.

Nova Capital da Filantropia. **Social Return on Investment Position Paper**, 2010. Disponível em http://www.philanthropycapital.org/publications/improving_the_sector/charity_analysis/sroi_position_paper.aspx.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

Peattie, K. e Morley, A. **Empresas Sociais: Diversidade e Dinâmica, Contextos e Contribuições, uma Pesquisa Monografia**. Cardiff: Centro ESRC para Relações Comerciais, 2008.

Perrini, F. e Vurro, C. *La Valutazione Degli Impatti Sociali: Approcci e Strumenti Applicative*, Milão, **EGEA**, 2013.

Rauscher, O., Schober, C. Millner R. **Medição de Impacto Social e Retorno Social do Investimento (SROI)- análise: Novos métodos de avaliação econômica**, 2012. <https://www.socialvalueuk.org/app/uploads/2016/03/Social-Impact-Measurementand-SROI-English-Version-final-2.pdf>

Ross Millar & Kelly Hall (2013) Social Return on Investment (SROI) and Performance Measurement, **Public Management Review**, 15:6, 923-941, DOI: 10.1080/14719037.2012.698857.

Rotheroe, N., & Richards, A. Retorno social do investimento e empreendimento social: responsabilidade transparente para o desenvolvimento sustentável. **Social Enterprise Journal**, 3(1), 31–48, 2007.

Ruiz-Lozano, M., Tirado-Valencia, P., Sianes, A., Ariza-Montes, A., Fernández Rodríguez, V., & López-Martín, MC. Metodologia SROI para decisões da administração pública sobre financiamento com critérios sociais. Um estudo de caso. **Sustentabilidade**, 12(3), 1070. 2020.

SHARFMAN, Mark. Changing Institutional Rules: The Evolution of Corporate Philanthropy, 1883-1953. **Business & Society**, v.33, n. 4, 1994

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza Freire. Balanço Social abrangente: um novo instrumento para a responsabilidade social das empresas. **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, 25, Campinas, 2001.

SROUR, Robert Henry. **Ética Empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.